

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 819, DE 2007

Dispõe sobre o Dia Nacional do Respeito ao Contribuinte.

**Autor:** Deputado SANDRO MABEL

**Relator:** Deputado MAURÍCIO QUINTELLA  
LESSA

### I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei, de autoria do Deputado Sandro Mabel, que tem como objetivo instituir o Dia Nacional do Respeito ao Contribuinte, data de conscientização cívica a ser celebrada, anualmente, no dia 25 de maio, com o objetivo de mobilizar a sociedade e os poderes públicos para a conscientização e a reflexão sobre a importância do respeito ao contribuinte.

Determina a realização de campanhas de conscientização e esclarecimento sobre os direitos e os deveres dos contribuintes por parte dos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização e pela arrecadação de tributos e contribuições.

Estabelece também que a programação e a organização das atividades de celebração do Dia Nacional do Respeito ao Contribuinte serão exercidas pelo Comitê de Gestão das Atividades Cívicas e Culturais do Dia Nacional do Respeito ao Contribuinte.

Na justificação, o autor assevera que “somente por meio da conscientização da sociedade, inclusive dos agentes tributários, será

possível assegurar, na prática, o respeito aos direitos que a ordem jurídica confere aos contribuintes.”

Esclarece que a “escolha dessa data é emblemática do entendimento de que cada cidadão brasileiro trabalha cerca de 145 dias do ano - 1º de janeiro até 25 de maio - só para pagar impostos, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT)”

A matéria tramita em regime ordinário (RI, art. 151, III) e é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II). Foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Educação e Cultura que, no exame de mérito, a aprovou unanimemente sem emendas, nos termos do parecer do relator, Deputado Professor Sétimo.

Não foram apresentadas emendas neste Órgão Técnico, decorrido o prazo regimental.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Conforme dispõe o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a c/c* art. 54), cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a análise dos aspectos constitucionais, jurídicos e de técnica legislativa do Projeto de Lei nº 819, de 2007.

Os requisitos constitucionais formais foram atendidos. A matéria é de competência legislativa concorrente da União (CF, art. 24, IX), sendo atribuição do Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção do Presidente da República (CF, art. 48). A iniciativa do parlamentar é legítima (CF, art. 61), uma vez que não está reservada a outro Poder.

De igual modo, verifica-se que a proposição respeita as demais normas constitucionais de cunho material. Além disso, o projeto está em acordo com as normas infraconstitucionais em vigor no país, assim como atende aos Princípios Gerais de Direito.

No que diz respeito à técnica legislativa, nada há a ser modificado. O Projeto de Lei ora examinado foi elaborado conforme as

disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01.

Isto posto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 819, de 2007.

Sala da Comissão, em        de        de 2009.

Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA  
Relator